

Pregão eletrônico 000237-2023

ANEXO X - MINUTA CONTRATUAL

Quadro resumo	Contratada	
	CNPJ	
	Representante	
	Objeto	Prestação de serviços de limpeza, tratamento, conservação e monitoramento de piscinas, fontes, grutas e chafarizes, incluindo manutenção das casas de máquinas.
	Vigência	12 meses
	Valor Global	R\$

O SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS, com sede na Rua dos Tupinambás, nº 956, Centro, Belo Horizonte, Minas Gerais, neste ato representado pelo seu(sua) [REDACTED], [REDACTED], na qualidade de Contratante e, do outro lado, [REDACTED], inscrita no CNPJ sob o nº [REDACTED], com sede à [REDACTED], neste ato representada por seu [REDACTED], na qualidade de **Contratada**, **RESOLVEM** firmar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, decorrente de licitação na modalidade Pregão Eletrônico Sesc em Minas nº 000237-23, com critério de julgamento por **MENOR PREÇO**, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos, consolidado pela Resolução do Conselho Nacional do Sesc nº 1.252/12, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. Objeto

1.1. Constitui objeto deste instrumento a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de limpeza, tratamento, conservação e monitoramento de piscinas, fontes, grutas e chafarizes, incluindo manutenção das casas de máquinas das Unidades do Sesc Araxá, Sesc Carlos Prates, Sesc Contagem, Sesc Floresta, Sesc Governador Valadares, Sesc Juiz de Fora, Sesc Montes Claros, Sesc Ouro Preto, Sesc Paracatu, Sesc Poços de Caldas, Sesc Santa Luzia, Sesc Santa Quitéria, Sesc Sete Lagoas e Sesc Uberlândia.

1.2. São partes integrantes e indissociáveis deste instrumento, independentemente de transcrição ou juntada, o Edital de Licitação – Pregão Eletrônico 000237/23 e seus anexos, em especial o Termo de Referência e a Proposta de Preços da Contratada, bem como os demais documentos do processo licitatório.

1.3. Em caso de detalhes não mencionados neste Contrato ou nos seus anexos, a Contratada deverá fornecer para a execução do objeto ora contratado o que de melhor existir em produto/serviço do gênero. As Partes acordam que qualquer modificação por razão de ordem técnica que se julgue como necessária durante a execução deste Contrato deverá ser previamente comunicada ao Contratante, somente sendo liberada a sua realização após formalmente aprovada.

2. Obrigações do Contratante

2.1. São obrigações do Contratante, além das eventualmente previstas no Edital e seus anexos:

- a. Exercer ampla fiscalização sobre os bens e serviços contratados por intermédio de seus prepostos;
- b. Fornecer à Contratada as informações e a documentação técnica indispensável à execução do objeto contratado;
- c. Efetuar os pagamentos nas condições e preços contratados;
- d. Manifestar-se, em até 10 (dez) dias úteis, sobre solicitações, reivindicações, cronogramas e questionamentos da Contratada, de forma a não prejudicar a execução do objeto;
- e. Supervisionar e fiscalizar a execução do objeto contratual, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer

qualquer fornecimento que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas.

3. Obrigações da Contratada

3.1. São obrigações da Contratada, além das eventualmente previstas no Edital e seus anexos:

- a. Observar todos os prazos, cláusulas e obrigações fixadas neste documento, no Edital e em seus anexos, bem como as determinadas pela fiscalização ao longo da execução contratual;
- b. Manter atualizados, junto à Contratante, seus dados relativos a telefone, e-mail e endereço;
- c. Designar equipe técnica composta por mão-de-obra especializada e qualificada, em quantidade necessária a boa execução dos serviços;
- d. Executar o objeto contratual de acordo com as especificações e exigências descritas, devendo arcar com todas as despesas necessárias ao completo cumprimento do objeto contratado, responsabilizando-se, ainda, pela qualidade dos trabalhos, prazo de execução, segurança dos seus empregados, prepostos e terceiros;
- e. Executar o objeto contratual com alto nível de qualidade, podendo o Contratante recusar os serviços que não atendam aos padrões estabelecidos, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência, ficando nesta hipótese a Contratada obrigada a refazê-los, sem nenhum custo adicional para o Contratante.
- f. Corrigir, total ou parcialmente, às suas expensas, o serviço prestado com vício, defeito ou incorreção apontada pela fiscalização.
- g. Excluir da equipe designada para a execução dos serviços pessoa que se comporte de maneira indevida, atue com negligência, imprudência, imperícia ou incompetência no desempenho de suas atribuições.
- h. Atender o Acordo de Nível de Serviços – SLA, conforme disposto no Edital e seus anexos;
- i. No caso de impedimento técnico comprovado que impeça o atendimento dos SLA's, a Contratada deverá notificar previamente o Contratante;

- j. Aceitar a inspeção e fiscalização da Contratante e responder, tempestivamente, aos seus questionamentos, prestando esclarecimentos, fornecendo documentos e participando de reuniões sempre que solicitado;
- k. Informar ao fiscal designado pelo Contratante a ocorrência de qualquer ato, fato ou circunstância que possa atrasar ou impedir a conclusão do fornecimento, sugerindo as medidas cabíveis para sua regularização.
- l. Credenciar e manter preposto para representá-lo junto ao Contratante, a fim de tratar todos os assuntos relativos à execução do objeto deste instrumento.
- m. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal eventualmente designado para a execução do contrato, que não terão qualquer vínculo empregatício com o Contratante, não cabendo, em nenhuma hipótese, responsabilidade solidária por parte deste.
- n. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao Contratante, conforme especificações deste termo.
- o. Manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de licitação.
- p. Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação pátria vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, fiscal, comercial, civil e criminal, bem como com os tributos e quaisquer ônus que incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto ora contratado, inclusive no tocante a empregados, dirigentes, subcontratados ou prepostos, pagando, inclusive, as multas porventura impostas pelas autoridades, devendo dar ciência de tudo ao Contratante através da obrigatória apresentação dos comprovantes correspondentes.
- q. Indenizar o Contratante por todo e qualquer dano decorrente direta e indiretamente da execução do presente Contrato, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos. Para garantia do ressarcimento do dano, total ou parcial, tem o Contratante o direito de retenção sobre o pagamento devido à Contratada.
- r. Realizar os serviços obedecendo rigorosamente os horários de funcionamento das piscinas, conforme item 4.1 do Termo de Referência e prazos acordado junto ao Contratante, inclusive aqueles relativos ao Acordo de Nível de Serviços - SLA, conforme estabelecido no Anexo VII do Edital do certame -, sob

pena da aplicação das penalidades especificadas na Cláusula Décima primeira deste contrato.

- s. Não veicular, em nenhuma hipótese, publicidade ou qualquer outra informação acerca do contrato, sem prévia autorização do Contratante.
- t. Comunicar ao fiscal do contrato a ocorrência de qualquer fato impeditivo à fiel execução do objeto licitado.
- u. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo Contratante.

4. Suspensão, controle e fiscalização

4.1. Sem prejuízo ou dispensa das obrigações da Contratada, o Contratante exercerá ampla supervisão, controle e fiscalização sobre a execução do presente contrato, por meio de equipe própria, de seus prepostos devidamente credenciados ou de empresa Contratada.

4.2. De acordo com as diretrizes do Contratante, o fiscal nomeado para acompanhar e fiscalizar o presente Contrato será o designado no Termo de Designação de Fiscal, documento anexo ao processo interno de contratação do Sesc em Minas, e será responsável por:

4.2.1. Realizar o acompanhamento da execução dos serviços nos seus aspectos quantitativo e qualitativo, com o registro das ocorrências em relatório próprio, bem como eventuais deficiências relacionadas à execução, e comunicar formalmente à Contratada os fatos que exijam medidas corretivas;

4.2.2. Atestar a execução do objeto, inclusive quando necessário a liquidação de despesas e retenção de pagamentos em virtude de inadimplemento das obrigações principais e/ou acessórias assumidas pela Contratada nesta contratação;

4.2.3. Manifestar-se quanto ao acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços, inclusive propondo medidas acautelatórias urgentes necessárias a proteção do patrimônio do Contratante.

4.3. Qualquer alteração do fiscal deste Contrato será comunicada, por qualquer meio idôneo, à Contratada.

4.4. O exercício, pela Contratante, do direito de supervisionar, controlar e fiscalizar a execução do presente Contrato, não atenuará, reduzirá ou eximirá qualquer responsabilidade ou obrigação da Contratada nos termos deste Contrato.

4.5. Todo e qualquer entendimento, ciência/atesto e demais comunicações entre a equipe de supervisão e fiscalização da Contratante e a Contratada deverá ser formalizado por e-mail, sem as quais não terá validade.

4.6. A Contratada deverá ajustar, prontamente, na forma prevista por acordo das Partes, a execução do presente Contrato, conforme as providências que forem acordadas para a solução das discordâncias ou impasses, de forma a não permitir o comprometimento da qualidade dos serviços ou prejuízos aos prazos e valores contratuais.

4.7. A Contratada aceita, neste ato, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que o Contratante necessitar e que forem julgados necessários a execução do objeto contratual.

4.8. A equipe de supervisão e fiscalização do Contratante, à qual a Contratada deverá facilitar o exercício de suas funções, terá poderes para fiscalizar a execução dos serviços, em especial para:

- a. notificar a Contratada sobre sua inadimplência no cumprimento de obrigações previstas neste Contrato e seus anexos, determinando sua regularização ou, sendo o caso, remetendo à autoridade competente para abertura de processo administrativo para apuração das penalidades, caso cabível;
- b. recusar os serviços que tenham sido realizados pela Contratada em desacordo com as condições estabelecidas no presente Contrato, no Edital de Licitação e seus anexos, apresentando as devidas justificativas;
- c. exigir da Contratada que exclua da equipe designada para a execução dos serviços pessoa por ela empregada que, a critério do Contratante, comporte-se de maneira indevida, atue com negligência, imprudência, imperícia ou incompetência no desempenho de suas atribuições ou, ainda, persista em conduta prejudicial à saúde, à segurança ou ao meio ambiente, no local da execução dos serviços, ou ainda, de qualquer forma venha a prejudicar o andamento normal da execução dos serviços, a imagem do Contratante, ou que prejudique a relação desse com as autoridades e/ou comunidades locais, devendo a Contratada providenciar a imediata substituição da referida pessoa por outra que

atenda aos requisitos necessários ao desempenho da respectiva função;

- d. decidir em nome do Contratante e no limite de suas atribuições, as demais questões que venham a ser suscitadas quanto à execução do objeto deste Contrato;
- e. Determinar e diligenciar o cumprimento dos prazos e Acordo de Níveis de Serviços – SLA's estabelecidos.

5. Prazos

5.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, consolidado pela Resolução nº 1.252/2012 do Conselho Nacional do Sesc.

5.2. A Contratada deve observar os prazos de execução dos serviços previstos no Cronograma disposto no Termo de Referência e demais anexos ao Edital.

5.3. Ocorrendo a prorrogação do prazo contratual, este se fará por meio de Termo Aditivo, reservando-se ao Contratante o direito de exigir, durante a prorrogação, o mesmo atendimento aos termos e condições técnicas de execução dos serviços ora contratados.

5.4. Qualquer alteração qualitativa e quantitativa do objeto ora contratado, assim como no prazo contratual, será precedida de autorização expressa do Contratante e formalizada por meio de Termo Aditivo, conforme as normas e diretrizes constantes no Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, aprovado pela Resolução SESC 1.252, de 2012.

6. Subcontratação

6.1. Somente será admitida a subcontratação com pessoas jurídicas, para os serviços de coleta e análise da qualidade da água e manutenção preventiva e corretiva da casa de máquinas (incluindo a inspeção do elemento filtrante e limpeza dos ralos de fundo), sendo vedada a subcontratação com aquelas que tenham participado da licitação.

6.2. A qualidade e execução do serviço subcontratado continuarão na esfera de responsabilidade da contratada, que responde perante a contratante por todos os aspectos do serviço subcontratado.

6.3. A Contratada deverá garantir que a subcontratada mantenha, durante o período de vigência do contrato, todas as condições de habilitações exigidas no processo de licitação, que guardem pertinência com a parcela subcontratada.

7. Acordo de Nível de Serviço (ANS)

7.1. A execução contratual satisfatória na sua integridade e com qualidade é essencial para o funcionamento das unidades, pois impacta nos serviços fornecidos para os clientes. A definição de acordo de nível de serviço visa garantir piscinas adequadas e em perfeitas condições de uso para os comerciários.

7.2. A definição do valor de pagamento mensal à Contratada está sujeita à ocorrência de desconto dos valores referentes aos indicadores de desempenho abaixo definidos, além dos valores de sanções impostas pelo Contratante, se houver.

7.3. Os indicadores deixarão de ser medidos nos dias em que ocorrerem fatos não gerados pela Contratada e que a impeça de executar as ações deste contrato.

7.4. Os valores devidos pela prestação dos serviços serão apurados da seguinte forma:

7.4.1. Foram selecionados itens essenciais já previstos no presente termo de referência e que, portanto, já constituem responsabilidade da Contratada. Esses itens foram denominados **indicadores de nível de serviço**, e serão controlados e acompanhados pela Contratante para medir a qualidade e eficácia dos serviços prestados pela Contratada.

7.4.2. Os indicadores foram distribuídos em módulos conforme a natureza da atividade, e receberam um peso conforme o grau de criticidade relativo à entrega ou cumprimento do item.

7.4.3. Sendo identificado descumprimento ou irregularidade da Contratada frente aos indicadores de qualidade relacionados, será atribuída uma pontuação para cada ocorrência que será calculada considerando o número de ocorrências no mês x peso atribuído ao indicador.

7.4.4. O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços referente a execução dos serviços, descontados os valores provenientes da aplicação dos indicadores de nível de serviço conforme pontuação adquirida no mês de execução.

7.4.5. A contratada poderá acumular uma pontuação que não necessariamente incidirá em desconto, bem como poderá ser descontado um valor de até 19% do valor

mensal do contrato, que será calculado separadamente para cada unidade Sesc em Minas.

7.4.6. A Contratada fica sujeita a sanções administrativas previstas em contrato quando houver aplicação de pontos no mesmo item por 3 (três) meses consecutivos.

7.4.7. Os descontos serão aplicados conforme tabela a seguir:

PONTUAÇÃO	DESCONTO
$\geq 10 \leq 20$	1%
$> 20 \leq 30$	2%
$> 30 \leq 40$	3%
$> 40 \leq 50$	4%
$> 50 \leq 60$	5%
$> 60 \leq 70$	6%
$> 70 \leq 80$	7%
$> 80 \leq 90$	8%
$> 90 \leq 100$	9%
$> 100 \leq 110$	10%
$> 110 \leq 120$	11%
$> 120 \leq 130$	12%
$> 130 \leq 140$	13%
$> 140 \leq 150$	14%
$> 150 \leq 160$	15%
$> 160 \leq 170$	16%
$> 170 \leq 180$	17%
$> 180 \leq 190$	18%
$> 190 \leq 200$	19%

7.5. Ficarà reservado à Contratada o direito ao contraditório, a ser apresentado em no máximo 02 (dois) dias corridos, contados da notificação do resultado dos indicadores.

7.6. A Contratante analisará as justificativas apresentadas para o não cumprimento dos indicadores, podendo acatá-las caso entenda pertinente, principalmente nos casos supervenientes, fora do controle da Contratada.

7.7. A tabela contendo os indicadores de nível de serviço se encontra disponível no Anexo VII – Acordo de Nível de Serviço (ANS).

8. Valor e pagamento

8.1. O Contratante pagará à Contratada, pela execução completa do objeto ao longo de toda a vigência contratual, o valor de R\$ [REDACTED], respeitando-se os prazos e condições previstos no Termo de Referência e os valores constantes na Proposta de Preços, desde que a fiscalização verifique a observância de todas as exigências previstas neste contrato, no Edital de Licitação e seus anexos.

8.2. Para efeito de pagamento, serão adotados os indicadores de desempenho previstos do Anexo VII do Edital do certame, considerando os instrumentos de medição nela especificados e a periodicidade, peso e registro de ocorrências de acordo com o mecanismo de cálculo da ocorrência, mediante o processamento de desconto conforme previsto na Tabela do item 6.4.7 do Termo de Referência do instrumento convocatório do Pregão Eletrônico nº 000237-23.

8.3. O pagamento será realizado, mensalmente, de acordo com os valores referentes aos serviços efetivamente prestados, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal, que somente poderá ser emitida após cumpridas todas as exigências previstas neste instrumento e no Edital de Licitação e seus anexos, bem como no Acordo de Nível de Serviço – Anexo VII do Edital, com o devido atesto/aceite.

8.4. O pagamento deverá ocorrer exclusivamente por meio de crédito bancário. Não serão aceitos boletos ou outra forma de pagamento.

8.5. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação contratual, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária.

8.6. Todos os ônus fiscais que incidam ou venham a incidir sobre os preços do objeto contratado serão de exclusiva responsabilidade da Contratada, assim como as demais despesas diretas e indiretas relacionadas à execução do objeto contratual.

8.7. Caso os serviços contratados não sejam integralmente executados, o valor pago será proporcionalmente reduzido, conforme certificação dos serviços não prestados.

8.8. Após realizada a conferência e aceite formal por parte do Contratante, a Contratada poderá emitir as notas fiscais para pagamento.

8.8.1. Entre a emissão da nota fiscal e sua entrega ao Contratante não poderá transcorrer mais de 24 (vinte e quatro) horas.

8.8.2. A nota fiscal/fatura será emitida com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, em conformidade com as exigências legais e contendo as seguintes informações:

- a. Objeto do Contrato;
- b. Número do Contrato;
- c. Período de referência do faturamento;
- d. Conta bancária, Banco e Agência;
- e. Destaque, conforme regulação específica, das retenções incidentes sobre o faturamento (ISSQN, INSS, IRRF e outros), se houver;
- f. Destaque de valor relativo a qualquer retenção aplicada pela Instituição Gerenciadora, para produzir, exclusivamente, efeitos financeiros no ato de pagamento, não podendo alterar o valor total do documento fiscal;

8.8.3. Quando necessário, a fiscalização poderá exigir, junto da Nota Fiscal, a seguinte documentação:

- g. Comprovante de regularidade para com as Fazendas Federal e Municipal, Seguridade Social e com o FGTS, considerada na data de liquidação da despesa do Fornecedor;
- h. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- i. GFIP do Prestador.

8.9. Recebida a nota fiscal acompanhada da documentação pertinente, o Contratante verificará a sua adequação em até 10 (dez) dias consecutivos.

8.9.1. Caso seja constatada qualquer pendência, o Contratante dará ciência à Contratada e devolverá a nota, reiniciando o prazo de 10 (dez) dias consecutivos quando da reapresentação da documentação.

8.9.2. A devolução de nota fiscal pelo Contratante não importará na suspensão da execução dos serviços pela Contratada, ou a eximirá de realizar o pagamento devido a seus empregados ou de adimplir qualquer obrigação financeira decorrente da execução do Contrato.

8.10. Verificada a adequação da nota fiscal e dos documentos emitidos, o pagamento será efetuado, em moeda nacional, por meio de ordem bancária, observando o seguinte planejamento:

- a. As Notas Fiscais emitidas entre os dias **01 e 05** do mês corrente, serão pagas no dia **25** do mês subsequente;
- b. As Notas Fiscais emitidas entre os dias **06 e 15** do mês corrente serão pagas no dia **05** do mês subsequente;
- c. As Notas Fiscais emitidas entre os dias **16 e 25** do mês corrente serão pagas no dia **15** do mês subsequente;
- d. As Notas Fiscais emitidas entre os dias **26 e 05** do mês corrente serão pagas no próximo dia **25**;

8.11. O Contratante poderá sustar os pagamentos devidos à Contratada e reter os créditos e/ou a garantia, no todo ou em parte, enquanto houver pendência relativa:

- a. à liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;
- b. à existência de débitos para com o Contratante;
- c. à existência de débitos de responsabilidade da Contratada, inclusive de natureza fiscal e trabalhista, relacionados com os serviços contratados, que possam ensejar a responsabilização solidária ou subsidiária do Contratante.

8.12. As retenções acima enumeradas não constituem o Contratante em mora e não geram direito à alteração de preços, atualização monetária, compensação financeira ou paralisação da prestação dos serviços.

8.13. Havendo atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante será calculada mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga; e

I = índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)/365; I = 0,06/365; I = 0,00016438.$$

TX = percentual da taxa anual igual a 6%.

9. Alterações contratuais e reajuste

9.1. O Contratante reserva-se o direito de fazer alterações unilaterais no objeto que impliquem em supressão ou acréscimo qualitativo e/ou quantitativo, ficando a Contratada obrigada a aceitar, nas mesmas condições pactuadas:

- j. as supressões nos serviços contratados, limitadas a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- k. os acréscimos nos serviços contratados, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

9.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes podem ser realizadas em percentual superior ao fixado na cláusula 8.1.

9.3. Em caso de aditamentos contratuais, poderá ser exigida a complementação ou renovação da garantia e dos seguros, se houver.

9.4. Os preços deste Contrato poderão ser reajustados após 12 (doze) meses contados da data da emissão da proposta ou do último reajuste, tendo como limite máximo a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou, no caso de sua extinção, de outro indexador que venha a substituí-lo.

9.4.1. O reajuste acima mencionado será concedido desde que seja pleiteado formalmente pela Contratada, instruída de documentação correlata, que deverá ser analisada e aprovada pelo Contratante.

9.5. A recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato poderá ser requerida pela Contratada em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, desde que gerem impacto relevante no ajuste firmado entre as partes, e inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, cabendo à Contratante a análise e conclusão acerca do seu cabimento e pertinência.

- a. O ônus de comprovar de maneira inequívoca a observância de todos os critérios estabelecidos nesta cláusula é da Contratada;
- b. Deverá haver comprovação de impacto individualizado no contrato, a partir da demonstração do efetivo pagamento a maior dos itens contratuais sobre os quais se pretende o reequilíbrio;

- c. É necessário comprovar impacto extraordinário, que ultrapasse os índices contratuais de reajustamento;
- d. A variação do índice de reajuste para o período será descontada do cálculo de reequilíbrio ou implicará no deslocamento do termo inicial de novo reajuste para a data da assinatura do aditivo de recomposição.
- e. O reequilíbrio será concedido a partir da data do requerimento formalizado pela Contratada;
- f. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro não suspende a execução do contrato e não autoriza a Contratada a deixar de cumprir ou retardar suas obrigações contratuais, o que pode gerar a aplicação de penalidades.

10. Suspensão dos serviços

10.1. O Contratante tem a prerrogativa de suspender a execução do objeto deste contrato mediante comunicação formal à Contratada, a quem incumbirá a imediata paralisação.

10.2. A suspensão da execução dos serviços terá duração de até 120 (cento e vinte) dias, podendo ocorrer por interesse do Contratante ou por determinação do Poder Público.

10.3. Quando da suspensão, o Contratante poderá efetuar o pagamento dos serviços já realizados, nos termos do contrato, desde que recebidos pela fiscalização.

10.4. Não tendo a suspensão sido causada por culpa da Contratada, os prazos poderão ser prorrogados quando da retomada dos serviços.

11. Sanções administrativas

11.1. É vedado à Contratada descumprir total ou parcialmente as obrigações contratuais assumidas, considerando-se descumprimento contratual, dentre outras, as seguintes condutas:

- a. Não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obras, previstas em contrato ou no Edital de Termo de Referência respectivo, quando aplicável;
- b. Paralisação desautorizada ou Atraso no fornecimento de bens, na prestação de serviços ou na execução de obra ou de suas etapas;

- c. Entrega de mercadoria falsificada, furtada, roubada, receptada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso;
- d. Alteração de qualidade ou quantidade dos serviços/produtos fornecidos;
- e. Prestação de serviço de qualidade inferior ao pactuado;
- f. Não quitação de débitos junto ao Sesc em Minas;

11.2. É igualmente vedado à Contratada a conduta ou omissão que configure inobservância à legislação vigente, à boa-fé objetiva, ou aos deveres anexos do contrato (informação, fidelidade, respeito, cooperação e confiança).

11.3. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a Contratante poderá aplicar à Contratada, separadas ou cumulativamente, as seguintes sanções:

- a. Multa moratória;
- b. Multa de até 20% (vinte por cento) por descumprimento parcial das obrigações do contrato, calculada sobre o valor total do lote;
- c. Multa de até 25% (vinte e cinco por cento) por descumprimento total das obrigações do contrato, calculada sobre o valor total do Contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- d. Suspensão temporária do direito de licitar ou contratar com o Sesc, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- e. Rescisão unilateral por inadimplemento da Contratada.

11.4. A aplicação de uma penalidade mais grave independe da anterior aplicação de penalidade mais leve.

11.5. No caso de descumprimento, pela Contratada, dos prazos previstos neste Contrato, em seus anexos ou nos demais documentos formalizados ao longo da vigência contratual, será aplicável multa moratória calculada no percentual de 0,33% (trinta e três décimos por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor do material, serviço, etapa ou marco contratual entregue em atraso.

11.5.1. A multa moratória apurada será descontada diretamente do pagamento do serviço ou fornecimento entregue em atraso, independente da aplicação das demais penalidades estipuladas nesta cláusula.

11.5.2. Para fins de cálculo da multa moratória, a etapa de mobilização do contrato, quando prevista, terá seu valor correspondente a 10% do valor total do contrato.

11.6. A aplicação das multas previstas nesta cláusula não impede a incidência de indenização suplementar caso os prejuízos sofridos pela Contratante excedam o valor da multa fixada.

11.7. O valor da multa aplicada poderá ser retido dos pagamentos devidos pelo Contratante e da garantia contratual prestada pela Contratada, quando houver.

12. Rescisão

12.1. Caberá a rescisão unilateral do Contrato por parte do Contratante por razões de seu interesse, de alta relevância.

12.2. O Contratante também poderá realizar a rescisão unilateral nas seguintes situações, dentre outras:

- a. ocorrência de caso fortuito ou de força maior que impeça a continuidade deste Contrato;
- b. decretação de falência ou a instauração de insolvência civil, dissolução da sociedade ou o falecimento da Contratada;
- c. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada que prejudique a execução do objeto contratual;

12.3. O Contrato também poderá ser rescindido de forma amigável, por acordo entre as partes.

13. Proteção de dados pessoais e privacidade

13.1. Em cumprimento às determinações da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a Contratada deverá:

- a. Adotar medidas de segurança da informação aptas a preservar a disponibilidade dos dados pessoais eventualmente tratados em decorrência da execução do instrumento, que evitem ainda acessos não autorizados, bem como previnam incidentes segurança que violem a integralidade e confidencialidade destes dados;
- b. Garantir o sigilo dos dados pessoais acessados em razão da celebração deste Contrato;

- c. Comunicar o Contratante em até 24(vinte e quatro) horas, por meio do Fiscal designado para este Contrato, a ocorrência (ainda que indícios) de incidentes de segurança que possam impactar os dados pessoais tratados em decorrência da execução deste instrumento;
- d. Disponibilizar canal de acesso aos titulares de dados pessoais para exercício dos direitos previstos no art. 18 da LGPD e legislações correlatas;
- e. Colaborar com o Contratante para obtenção e gestão dos consentimentos que se façam necessários ao tratamento de dados na execução deste Contrato;
- f. Realizar a correção, eliminação, anonimização ou bloqueio de dados, quando notificada pelo Contratante, quando requisitado pelo titular de dados pessoais ao Contratante;
- g. Manter registro das operações de tratamento de dados que realizar, incluindo a seleção do método e das finalidades de tratamento, bem como a determinação da base legal aplicável;
- h. Designar formalmente o Encarregado de Dados (DPO), exceto se desobrigado por Lei ou regulamento expedido pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD;
- i. Vedar o compartilhamento de dados pessoais recebidos em razão deste Contrato com terceiros estranhos ao seu objeto, salvo se encaminhado a operador de uma das partes Contratantes, ou quando determinado por Lei.

13.2. A inobservância das disposições indicadas no subitem 13.1 poderá ensejar a aplicação pelo Contratante das sanções administrativas previstas na Cláusula Décima primeira deste Contrato.

14. Disposições gerais

14.1. A Contratada não poderá caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, nem transferir ou ceder os direitos e obrigações deste contrato, salvo mediante autorização prévia e expressa do Contratante.

14.2. Fica vedada a emissão de duplicatas com base neste contrato, não se responsabilizando o Contratante por seu pagamento.

14.3. A eventual abstenção do Contratante do uso dos direitos a ele assegurados neste contrato ou a não aplicação de penalidades nele previstas, não será considerada novação ou renúncia.

14.4. Todas as notificações e entendimentos entre o Contratante e a Contratada serão realizados por escrito.

15. Foro

15.1. O foro do presente Contrato é o da Comarca de Belo Horizonte/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

E, por assim estarem, concordes com as cláusulas do presente Contrato, assinam seus representantes em duas vias, para que se produzam os seus efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Belo Horizonte, de de 2023.

Contratante

Representante Legal do Contratante
SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO –
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Contratada

Representante Legal da Contratada
NOME DA CONTRATADA

Testemunha 1

Testemunha 2
